

PARECER Nº 37/PP/2016-P

CONCLUSÕES

- 1. A negociação tendente à cobrança de créditos constitui acto próprio da profissão de advogado e solicitador.**
- 2. Com as excepções previstas no artigo 6.º da Lei 49/2004, de 24 de Agosto é proibido o funcionamento de escritório ou gabinete, constituído sob qualquer forma jurídica, que preste a terceiros serviços que compreendam, ainda que isolada ou marginalmente, a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores.**

Exposição dos Factos

O Sr. Dr. (...), Advogado, titular da cédula profissional n.º (...), dirigiu-se a este Conselho Regional solicitando a emissão de parecer.

Para tanto alega o seguinte:

- pretende criar, juntamente com um grupo de advogados e de outros profissionais de outras áreas, um gabinete de cobrança de créditos;
- trata-se de um simples gabinete (leia-se escritório) e não de uma sociedade constituída para tal;
- a cobrança de honorários e despesas será efectuada a título individual, pelo advogado(s) ou outro que acompanhar(em) o assunto;
- gostaria de anunciar/publicitar o "projecto", criando um sítio na internet, divulgando nas redes sociais, anexando ao pedido uma cópia de um panfleto/flyer no qual identifica a actividade (cobrança, extrajudicial e judicial de dívidas nacionais e internacionais) e que a equipa é composta por advogados, um gestor, um economista e um administrativo

Termina a questionar o seguinte:

- 1) Existe algum impedimento para a criação deste tipo de gabinete?
- 2) E para a divulgação pretendida?
- 3) O referido gabinete poderá, durante a fase extrajudicial, contar com a colaboração de "não advogados" na qualidade de verdadeiros colaboradores que farão parte integrante da estrutura daquele?

Tratando-se inegavelmente de questão de carácter profissional, tem este Conselho Regional competência para emitir parecer [(alínea f) do n.º 1 do art. 54º do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA)].

Vejamos,

A questão primordial levantada tem que ver com a legalidade do “gabinete” que o Requerente pretende criar. E, quanto a esta, desde já, se avança que a resposta é naturalmente negativa.

Dispõe a Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto, logo no número 1 do seu artigo 1.º que *“Apenas os licenciados em Direito com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados e os solicitadores inscritos na Câmara dos Solicitadores podem praticar os actos próprios dos advogados e dos solicitadores”*.

Depois, os números 5 e 6 desse mesmo artigo 1.º elencam, de forma exemplificativa, alguns dos actos próprios dos advogados e solicitadores, salientando-se, aqui, a alínea b) do n.º 6 que se refere à negociação tendente à cobrança de créditos. Isto é, o gabinete que o Requerente pretende criar visa a prática de actos próprios dos advogados e solicitadores.

Ora, o artigo 6.º da Lei 49/2004, sob a epígrafe “escritório de procuradoria ou de consulta jurídica” preceitua que *“com excepção dos escritórios ou gabinetes compostos **exclusivamente** por advogados, por solicitadores ou por advogados e solicitadores, as sociedades de advogados, as sociedades de solicitadores e os gabinetes de consulta jurídica organizados pela Ordem dos Advogados e pela Câmara dos Solicitadores, **é proibido o funcionamento de escritório ou gabinete, constituído sob qualquer forma jurídica, que preste a terceiros serviços que compreendam, ainda que isolada ou marginalmente, a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores**”* (negrito e sublinhado nosso).

À mesma conclusão se chegaria pela aplicação dos princípios éticos e deontológicos que norteiam a profissão. A este propósito, se adere às conclusões vertidas no parecer do Dr.

António Arnaut sobre sociedades multidisciplinares e sociedades de advogados com não advogados (disponível em http://www.oa.pt/cd/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?sidc=31765&idc=31770&idsc=30707&ida=125023) que, obviamente, rejeita em absoluto a admissão de estranhos à Advocacia. Sendo certo que a colaboração com outras profissões ou técnicos se pode fazer sem necessidade de os integrar nas sociedades de advogados.

Em face do vindo de referir, o “gabinete” que o Requerente pretende criar não é admissível e, desse modo, fica a resposta à terceira questão prejudicada.

No que à publicidade diz respeito, por facilidade e porque este conselho já teve oportunidade de se pronunciar sobre este assunto, remete-se o Requerente para os pareceres 44/PP/2014-P e 50/PP/2014-P.

Em conclusão:

- 1. A negociação tendente à cobrança de créditos constitui acto próprio da profissão de advogado e solicitador.**
- 2. Com as excepções previstas no artigo 6.º da Lei 49/2004, de 24 de Agosto é proibido o funcionamento de escritório ou gabinete, constituído sob qualquer forma jurídica, que preste a terceiros serviços que compreendam, ainda que isolada ou marginalmente, a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores.**

Este, s.m.o. o m/ Parecer

Porto, 05 de Janeiro de 2017

O Relator,

João Martins Costa